

Entre o trabalho e o lazer: resgatando um aspecto da produção social dos espaços lúdicos em São Paulo

*Carlos Augusto da Costa Niemeyer**

Resumo

O artigo focaliza aspectos do processo de urbanização de São Paulo nas primeiras décadas do século XX na ótica do lazer. Em outra perspectiva, é uma tentativa de retratar um panorama histórico das ambigüidades e resistências à construção social do espaço urbano durante o industrialismo nacional. Resgata a contribuição dos Parques Infantis no processo de urbanização de São Paulo, introduzidos na gestão inovadora de Mário de Andrade no Departamento de Cultura municipal entre 1935 e 1938. Descreve o caráter lúdico-pedagógico e os paradigmas inspiradores dessa tipologia arquitetônica, atualmente extinta, associada a uma ampla política de inclusão da classe trabalhadora.

Palavras-chave: trabalho e lazer, urbanização e lazer, história da cidade, São Paulo.

O presente artigo pretende resgatar um aspecto da dinâmica de produção dos espaços lúdicos em São Paulo no período compreendido entre o início do período republicano até por volta da metade do século XX, época de consolidação do nosso industrialismo e das novas relações capital/trabalho firmadas nesse processo. É um momento em que se verifica uma gradativa sintonia entre o tema da reforma social e o da modernização dos espaços urbanos numa época marcada pela dualidade entre o discurso que opunha de um lado, aqueles que defendiam as bases impessoais e pragmáticas da atividade econômica com conseqüente valorização dos “espaços produtivos” (construção de fábricas, armazéns, entrepostos de distribuição etc.) e de outro, aqueles que pleiteavam uma maior humanização da cidade no tocante a qualificação de espaços livres públicos voltados aos interesses de sociabilidade.

Acompanharemos o despertar crítico de uma ideologia hegemônica e capitalista com todas as implicações à construção social do espaço urbano, dando lugar a uma gradativa visão de aceitação dos espaços “não produtivos”, aqui entendidos como aqueles não voltados à produção econômica como praças públicas e demais áreas recreacionais de uso permanente. Enquanto prevaleceu a visão conservadora, alimentou-se um quadro geral de exclusão social e de negação da cidadania cujas características negativas se fazem sentir até os nossos dias; o que não inibiu, entretanto, a determinação de setores ilustrados da sociedade em criar um projeto de inclusão das classes laboriosas através do lazer, algo até então sem precedentes em São Paulo.

A exemplo de outros centros urbanos capitalistas, São Paulo sofreu profundas transformações no mundo do trabalho a partir da década de 1870 provocadas pelo salto da industrialização, impulsionado em decorrência dos lucros advindos da cultura do café na região – produto que lançara o Brasil na rota do comércio mundial ultramarino na qualidade de exportador de produtos primários. É a época da grande imigração européia atraída às regiões ultramarinas em processo de expansão econômica e grande oferta de trabalho não-especializado.¹ No Brasil, especificamente em São Paulo, esse

formidável contingente de trabalhadores que aqui aportava será arregimentado para o trabalho assalariado na produção agroexportadora de café sendo depois absorvido pelo impulso fabril gerado a partir do afluxo de capitais que fomentará os novos setores da produção urbana.

O novo horizonte produtivo – indústrias de pequeno e médio porte, comércio e administração de serviços – provocará uma acentuada expansão da força de trabalho urbana, concorrendo para tornar a ex-província bandeirante numa próspera cidade industrial e capitalista.² O vigoroso processo de urbanização, verificado no período; será reflexo da forte concentração populacional atraída pelo incremento produtivo que concorrerá para redirecionar o fluxo de migração e imigração à zona urbana, transformando São Paulo em núcleo de uma emergente sociedade urbano-industrial com todos os problemas sociais advindos desse processo.³

Nesse aspecto, o crescimento da cidade tornou-se inevitável impondo grandes alterações na paisagem urbana, na qual a volumosa classe trabalhadora inseria-se no espaço pressionada por demandas sociais de toda ordem, sendo as mais expressivas a questão da moradia e a inconstância salarial colocando o cotidiano da vida operária no centro das atenções da sociedade republicana nas duas primeiras décadas do século XX.⁴ A renovação do espaço urbano dar-se-á até por uma questão de saúde pública. A preocupação que despertava as precárias condições sanitárias existentes, ensejará o início de programas de construção de vilas operárias ao mesmo tempo em que as gestões burguesas, oriundas de setores agrários, punham em prática um urbanismo de caráter cívico-embelezador que idealizava grandes avenidas e bulevares procurando identificá-las a sua maneira com o “progresso” da cidade.

Essas renovações também embutiam um viés ideológico de rejeição ao passado monárquico e escravagista ainda latente no imaginário coletivo, daí o interesse do novo regime promover uma política urbana que desaparecesse por completo com as arraigadas e arcaicas formas de habitação e trabalho paralelo a introdução de formas eugênicas de construção da sociedade.⁵ Na prática, tais ações

urbanas eram freqüentemente confundidas com uma sistemática remoção dos pobres e da paisagem a eles identificada, servindo aos objetivos de construção de uma nação “moderna” e republicana na ótica da burguesia rural da República Velha, aqui identificada com o poder oligárquico e regional dominante no período em questão.⁶

A dinâmica produtora dos espaços urbanos em São Paulo era feita dessa forma “[...] sob a égide da propriedade privada” com base na transmissão de aforamentos à implantação fabril garantindo assim a expansão do progresso econômico.⁷ Ociosos espaços livres de edificação e urbanização eram assim marcados pelo rótulo da improdutividade ou inutilidade sendo vistos com desprezo pelos detentores do capital produtivo nesta primeira etapa do processo de acumulação industrial paulistana.

Sob o ponto de vista social, deu-se uma inevitável destruição de uma paisagem natural e lúdica não afinada com o novo *status* de “progresso” requerido pela ética de desenvolvimento para a qual a produção de espaços urbanos com fins produtivos angariava maior simpatia e determinação por parte da municipalidade e dos agentes econômicos. Os espaços “não produtivos” possuíam, por este aspecto, permanência temporária à espera de valorização pelos detentores do capital produtivo, não escapando ao processo especulativo com reinava com convivência pública.⁸ Constituíam esses espaços nas várzeas, fundos de vale e outros espaços residuais ainda não contemplados pela valorização urbana e que vinham servindo bem às formas tradicionais e permanentes de lazer popular como o futebol de várzea e outras manifestações lúdico-populares ou lúdico-religiosas.

É interessante resgatar um aspecto do impacto social causado pela introdução da chamada “administração científica do trabalho” iniciada nos primórdios do século XX nos EUA face à implantação desorganizada das plantas industriais, exigindo a conseqüente correção do empirismo e a improvisação até então dominantes no ambiente de trabalho. Sua aplicação decretará o fim daquilo que a sociologia do lazer chama de autodeterminação do “produzir” pelo trabalhador agora transformado em uma mera engrenagem da produção industrial a serviço do capital. A intensificação do ritmo de

produção, um dos pilares do esquema fordista de produção, fez-se inevitável dentro de um cenário de ampliação da produtividade, tendo, porém, como conseqüência natural um distanciamento do trabalhador de seus redutos de subjetividade lúdica localizados na dinâmica lenta do trabalho rural ou pré-industrial ao qual estava acostumado.

O estudo da Higiene Social, a partir da segunda metade do século XIX na Europa e nos EUA, permitiu o conhecimento dos mecanismos de prevenção e correção das “patologias sociais” relacionadas à disciplina do trabalho como a excessiva especialização de tarefas, o isolamento psíquico, a contenção social etc., sendo de conhecimento de nossos reformadores sociais. Será este o vetor de um indesejável e problemático desequilíbrio psicossomático responsável pelas novas patologias ligadas ao mundo do trabalho apontadas pelos reformadores no decorrer do industrialismo.⁹

As conseqüências sociais dessa transformação, ante a nova situação de gerência do tempo de trabalho – agora de domínio exclusivo do capitalista e não mais do trabalhador privado na autodeterminação de seu tempo de trabalho –, serão níveis extremos de *stress* e de fadiga física jamais vista antes, corroborando para o aparecimento de críticas contundentes ao sistema capitalista gerador de tensões no mundo do trabalho, não somente no que se refere ao tempo de trabalho substancialmente ampliado, mas a forma de apropriação do valor desse trabalho em benefício de um lado. Desse modo, assistiu-se em São Paulo, a exemplo do que já ocorrera em outras matrizes urbanas, a uma contínua transformação de uma sociedade tradicional e rural em uma sociedade operária com todas as implicações daí decorrentes em termos de adaptação as novas condições de trabalho e de uma infra-estrutura urbana nem sempre afinada com a satisfação das demandas lúdicas fundamentais. O labor tradicional, por este aspecto, permitia responder aos desejos de auto-expressão, de criação e de participação social necessários à manutenção do equilíbrio emocional do trabalhador ao contrário do inflexível ritmo de trabalho industrial.

O processo de urbanização colocado em prática em São Paulo, no período em recorte, negou os espaços comunais, sistematica-

mente desvalorizados pelos desígnios de um desenho urbano voltado aos interesses de uma classe patronal que irá reiterar o descompasso existente entre o progresso material e a negação aos espaços de lazer aqui reduzido ao aspecto estritamente econômico. Com pouco ou quase nenhum estímulo à construção ou garantia de preservação, o critério de utilidade dos empreendimentos urbanos obedecia a uma lógica que enxergava nas fumacentas chaminés das fábricas que pontuavam a nova paisagem urbano-industrial paulistana uma imagem concreta de progresso e bem-estar iminente. Contrapor-se a essa determinação acolhida com entusiasmo até mesmo pelas classes laboriosas que também procuravam identificar-se com a aura geral de otimismo contagiante era negar a perspectiva de um futuro melhor para a cidade, o estado e o país que se industrializava com base nos benefícios proporcionados por uma atividade geradora de empregos e riquezas.

Periódicos de época dão conta do entusiasmo nacionalista que reinara a partir dos anos 1920 e a euforia de uma sociedade urbana que, enfim, civilizava-se, muito embora sofresse restrições de espíritos visionários que se negavam aceitar incontinenti o progresso guiado apenas sob a égide da produtividade, com profundas repercussões na reprodução da sofrida classe que labutava nas oficinas e fábricas da cidade.¹⁰ A falta de espaços de lazer refletia a indiferença de uma administração pública pouco comprometida com as demandas urbanas, resultando numa deficitária oferta de “parques e jardins” na cidade:

Quem deveria ver isso são os que têm a seu encargo a administração do município. Deveriam ver para avaliar quanto são necessários para uma cidade industrial como São Paulo, que já deve contar para mais de 100 mil operários, os grandes bosques em que a população pobre se retempere e divirta [sic]. Entretanto ninguém pensa nessas coisas e os vereadores mais inteligentes, quando se lhes fala de parques e jardins, dão de ombros a mais desdenhosa superioridade. O Bosque da Saúde já foi vendido para se retalhar em lotes; o Jabaquara continua ignorado pela Câmara que nem sabe o que representa numa cidade, 1,5 milhão de metros quadrados de bosques lindíssimos. (JORNAL OESP, 27 jul. 1920).¹¹

O lazer do trabalhador, visto até então com indiferença pela sociedade burguesa, começará, porém, a se firmar a partir de uma nova realidade comprovada pelo avanço dos estudos em ciência social e a conseqüente compreensão das necessidades psicossomáticas do trabalhador industrial, estudo esse assimilado contemporaneamente por intelectuais e reformadores brasileiros mais afetos a questão do lazer. Dentre esses, citamos o sociólogo e educador paulistano Fernando de Azevedo (1894-1974), pioneiro das reformas educacionais no Brasil e sua obra síntese "Da Educação Física", editada pela primeira vez em 1920, na qual se afigura um grande defensor da prática lúdica e esportiva como forma de garantir a preservação da normalidade social.¹²

Os novos saberes em ascensão como a fisiologia, a psicotécnica, a higiene social articular-se-iam visando melhor compreender os reflexos sociais advindos da dinâmica do trabalho. O que pressupunha rever atitudes gerenciais que amenizassem as tensas relações de produção existentes, como a organização do tempo livre e a percepção cientificamente comprovada do efeito catártico e regressivo do lazer numa época marcada pelos violentos conflitos na esfera do trabalho. A constante busca da produtividade, contraditoriamente, pode propiciar condições satisfatórias para a organização do tempo livre, mesmo que esta pausa da jornada do trabalho, em princípio, estivesse ligada apenas e irremediavelmente aos interesses privados. Na análise do sociólogo Jofre Dumazedier (1979), os fatos geradores do tempo livre são decorrentes do "progresso da produtividade", uma vez que operários descansados produzem melhor e também da necessidade de expandir o "consumo" diário às massas em benefício da própria produção. Nesse contexto, o tempo livre do trabalhador apresenta-se ideologicamente como uma espécie de "concessão" da sociedade capitalista que vê no homem "liberado" de suas obrigações cotidianas de trabalho, um ser consumidor por excelência, retroalimentando a indústria de consumo.¹³

Contraditoriamente, porém, se negará esse discurso no espaço urbano em que pese todas as recomendações urbanísticas vindas de modelos capitalistas mais afamados, revelando as ambigüidades que acompanharão de perto o processo de desenvolvimento

da estrutura social e urbana em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A introdução do lazer organizado em São Paulo

A historiografia existente nos revela que espaços organizados de lazer eram quase um privilégio na acanhada São Paulo oitocentista.¹⁴ Excetuando o venerável Jardim Público, aberto ao público em 1825, o surgimento de espaços lúdicos em São Paulo estava intimamente ligado ao entorno das igrejas, articulando a modesta trama urbana da cidade, dando lugar ao encontro comunitário e tradicional, assim como a seus eventos laicos ou religiosos de grande apelo popular. A apropriação desses espaços começa a se modificar a partir do último quartel do século XIX a medida que a cidade se transforma em importante entreposto comercial e de negócios, afirmando sua posição como a rica “capital do café” e em seguida como emergente cidade industrial. Uma progressiva laicização da vida cotidiana ocorrerá identificada com o próprio dinamismo urbano-industrial que se consolidava na emergente São Paulo dos anos 1920, saudada ufanisticamente pelos memorialistas.

A percepção do lazer organizado – aqui entendido como aquele ligado à disponibilidade de equipamentos lúdicos – estava, porém, ainda associada aos clubes e demais áreas privadas da cidade, sendo timidamente oferecido pelas gestões burguesas nos parques e praças públicas construídos a partir do período republicano. Isso revela um aspecto peculiar da dinâmica de apropriação dos espaços urbanos em São Paulo forjada pelo forte recorte de classe existente e a busca da diferenciação social por parte das elites concorrendo para estabelecer aquilo que poderíamos chamar de uma geografia do lazer, com contornos nítidos desenhados a partir da apropriação lúdica estabelecida aos seus lugares de permanência.

A conquista dos lugares públicos pela classe operária foi tarefa árdua seja devido à falta de tempo livre, seja pelo recorte de classe que inviabilizava o acesso do proletariado aos lugares centrais e controlados da cidade, tal como acontecera em outros centros ur-

banos. Na Inglaterra, até 1847, os prefeitos relutavam liberar o acesso do operariado aos parques urbanos temendo “comportamentos imorais”.¹⁵ No Brasil, a forte segregação à classe operária relacionava a questão social à questão nacional dado a dupla imagem “ameaçadora” de proletário e imigrante.

Por este aspecto, a imposição de um lazer “comportado” e passivo nas praças públicas, localizadas nas áreas centrais da cidade, era concomitante com uma concepção burguesa de intimidade o conseqüente controle social imposto a estas áreas. O espaço cívico-embelezador, resultado de um urbanismo de “melhoramentos” pontuais, com seus bulevares afinados com o gosto contemplativo das elites e seus códigos de bom comportamento formam um contraponto visível com o reduto operário das periferias e seus hábitos de lazer sinonimizados com ócio e extravagância de uma classe estigmatizada pela moral conservadora. A exclusão social tinha assim limites geográficos visíveis na São Paulo da República Velha, permitindo qualificar seus espaços de permanência pelo *status* social das classes.

A dinâmica de uso dos espaços controlados gerava tensões freqüentes – as poucas providências oficiais não acompanhavam a demanda contagiante das “peladas” que pipocavam nos vários cantos da cidade num espetáculo inquietante a desafiar as convenções existentes. Em seu nascedouro, o lazer operário das primeiras décadas do século XX conviverá com a carência e a intimidação por parte de uma elite que gerenciava a cidade em conformidade com os interesses de classe. Por um outro lado, é o momento em que a história aponta o surgimento das associações operárias com seu duplo trabalho de conscientização da classe trabalhadora e de oferecimento de um lazer historicamente negado pela sociedade burguesa. Redutos de sociabilidade, os encontros comunitários denominados “primaveras libertárias” eram eventos de grande prestígio no meio operário, iniciados na década de 1910, estendendo-se até os anos 1930, quando as atividades lúdicas ganhavam um permanente caráter de mobilização e denúncia às demandas da classe. A história do lazer em São Paulo encontra-se desta maneira vinculada

ao movimento operário das primeiras décadas do século XX, tendo as associações anarco-sindicalistas desempenhado papel importante nas reivindicações populares pela organização do tempo livre.¹⁶

A exclusão social revela as ambigüidades que acompanharão o processo de urbanização em São Paulo. Enquanto o pensamento urbanístico, e o lazer atrelado a este, surgia na Europa no início do século XX associado à idéia de reforma social, a importação das idéias durante a República Velha revela um discurso ambíguo que contradizerá a abordagem urbanística moderna, em que a questão social emergia como eixo e objetivo da intervenção urbana. Isso explica as intervenções localizadas e seu viés anti-urbano e segregacionista da urbanização de caráter cênico imposto pelas elites dirigentes, desprovido de uma realidade inclusiva do espaço urbano revelando a adaptação de idéias e práticas a interesses de classe.

Se, como observou Dumazedier, o lazer emerge na Europa e nos EUA, no início do século XX, em atendimento a necessidades de caráter moral, político e institucional, ganhando reconhecimento pelos seus diversos setores sociais, no nosso caso, em particular, essa conscientização foi lenta e difícil face ao recorte de classe existente e à especulação com o espaço urbano. A aceitação do lazer operário na República Velha somente será facilitada no interesse de cooptação da classe obreira, enquanto instrumento de catarse, disciplinando corpos e mentes, tornando-os dóceis ao trabalho, extravasados em suas tensões.¹⁷ A acepção foucaultiana nos faz considerar a construção de mecanismos subliminares de controle social através do lazer a partir de bases científicas e que servirão aos interesses da causa patronal. Acácio Ferreira e sua obra "Lazer operário" (1959), pioneira no estudo do lazer no Brasil, resgata essas teorias desenvolvidas na Europa e nos EUA no início do século XX e de conhecimento de nossos reformadores mais afetos a questão do lazer. Os transtornos ao capital, causados pelas constantes greves deflagradas na década de 1910, nos dá indícios para essa percepção a partir da solução encontrada pelas autoridades diante da crise que se colocava nas relações de produção:

A greve de 1917, que chegou a paralisar dezenas de milhares de operários fez ver às autoridades e aos industriais que a cidade precisava de um esporte de massas. Como uma criança que se manda brincar 'para queimar energias', os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir grounds; a polícia parou de reprimir os 'rachas' em terrenos baldios; os castigos aos estudantes de escolas públicas que fossem pegos jogando futebol, suspensos. (SANTOS, 1981, p. 22).¹⁸

Assim, até o fim da República Velha, a municipalidade não será pródiga na produção de equipamentos públicos de lazer, muito embora se observem exceções que, entretanto, não chegam a configurar um claro compromisso institucional com o tema. Os poucos exemplares construídos tiveram sua preservação ligada invariavelmente aos interesses maiores da produção, como sugerem alguns exemplos notáveis aqui revisitados.

O Velódromo, considerado a célula *mater* do esporte em São Paulo, segundo Ernani Silva Bruno (1984), fora construído pelo Conselheiro Antônio Prado em 1892, primeiro prefeito de São Paulo da era republicana, como um presente a seu filho, Antônio Prado Junior, recém-chegado da Europa e ávido por estrear a última novidade da trazida do velho mundo: a bicicleta. O velódromo, que também incorporará quadras de tênis e piscinas ao seu espaço funcional, confirmará sua intenção de lugar voltado ao lazer de massa, sendo transformado, mais tarde, num concorrido campo de futebol, esporte que já despontava na preferência popular. Apesar do aparente sucesso de público o empreendimento terá um fim melancólico frente aos imperativos da circulação viária, sendo desapropriado em 1915 para abertura da atual rua Rangel Pestana, procedimento recorrente na história da cidade impondo o desaparecimento de inestimáveis áreas de lazer.



Velódromo (1892)

Fonte: Reis Filho (1994).

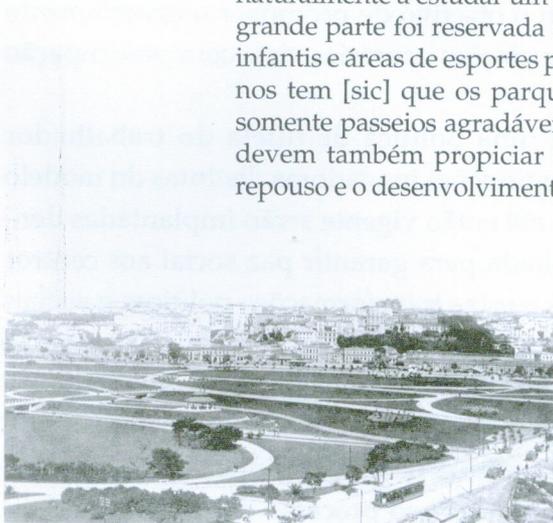
Outro espaço digno de nota, e que parecia querer alterar o quadro anteriormente descrito é o Parque D. Pedro II, notável parque urbano voltado ao lazer de massa projetado em 1911 pela equipe do urbanista francês Joseph Antoine Bouvard quando da intervenção proposta pela municipalidade para o centro da cidade.

Embora concebido a partir da necessidade de melhorar as condições de saneamento da então Várzea do Carmo, vazio urbano às margens do rio Tamanduateí e palco da histórica partida de futebol protagonizada pelo *team* de Charles Muller em 1894 marcando o aparecimento do esporte no Brasil, a área já possuía uma forte vocação para a recreação, segundo articulistas da época. Raymundo Duprat, segundo prefeito eleito de São Paulo (1911-1914), acatando sugestão da Câmara Municipal para este fim, convidará Bouvard para realizar os projetos para a esperada obra, que, entretanto, será somente iniciada no governo Washington Luiz (1914-1918) no interesse da higiene urbana conciliada com objetivos subliminares de remoção de núcleos marginalizados da população que ali habitavam.

Antevendo o vigoroso crescimento populacional da cidade, o urbanista francês aconselhará a construção de três parques – o da Várzea, o Anhangabaú e a Praça Buenos Aires – “[...] lugares de passeio para os habitantes, focos de higiene e de bem estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física”, destaca em seu relatório, atento às premissas norteadoras que guiavam a construção de recintos desse gênero naquela época.¹⁹ O projeto do Parque D. Pedro II – nome que receberá em sua inauguração em 1922 por

ocasião das comemorações do Centenário da Independência – adotará o estilo *paysager*, consagrado nos modelos europeus e norte-americanos da segunda metade do século XIX, através de um desenho de linhas orgânicas onde se abrigará variados setores lúdicos numa clara proposta de lazer de massa. É interessante observarmos o aspecto de vanguarda desse projeto, similar aos novos paradigmas de modernidade em consolidação na Europa, em especial na modelar e progressista Alemanha das duas primeiras décadas do século. O programa estatal *Deutscher Volksparkbund* será responsável por ampla reforma utilitária nos parques urbanos alemães incorporando assim o lazer ativo ao cotidiano da população. O padrão de projeto adotado para o Parque D. Pedro II demonstra coerência com tais propostas contemporâneas de construção social do espaço urbano colocadas em relevo na Europa, segundo apreende-se na memória justificativa do projeto apresentada pelo urbanista:

Para o estudo geral do parque público da Várzea do Carmo baseamo-nos nas necessidades da população de São Paulo, no seu desenvolvimento futuro e nas leis da higiene das grandes cidades, acrescentando uma nota artística que contribuirá com os embelezamentos projetados ou já em execução [...] A área posta a nossa disposição e os bairros do entorno onde a população se concentra nos levaram naturalmente a estudar um complexo diversificado onde grande parte foi reservada às áreas de recreação e jogos infantis e áreas de esportes para os adultos. A experiência nos tem [sic] que os parques públicos não devem ser somente passeios agradáveis e reservas de ar puro, mas devem também propiciar educação física às crianças, repouso e o desenvolvimento da raça.²⁰



Parque D. Pedro II após sua inauguração em 1922: parque para o lazer de massa

Fonte: Arquivo DPH-PMSP.

O parque D. Pedro II cujo programa inicial previa inúmeros equipamentos destinados à prática do lazer ativo – quadras esportivas, *baseball*, patinação, ginásio coberto, aparelhos de ginástica, *playground*, anfiteatro etc. – será, entretanto, inaugurado praticamente desprovido desses equipamentos, segundo consta por motivos associados à questões políticas e culturais que iam desde a proverbial irregularidade discricionária com a verba pública ao forte preconceito contra o lazer operário existente.²¹ Se integralmente concluído e preservado, o Parque D. Pedro II teria tido lugar de destaque na galeria dos pioneiros parques urbanos projetados para o lazer ativo no mundo. Na seqüência, uma série de intervenções viárias iniciadas a partir de 1929 com a execução do Plano de Avenidas promoverão uma contínua desfiguração do parque governo a governo até ser decretado seu fim na década de 1960 num processo tão predatório quanto irreversível de ocupação urbana.

Com a década de 1930, novas perspectivas se abrem no panorama político-institucional do país, instituindo aquilo que os historiadores chamam de uma “modernidade conservadora”. Uma legislação trabalhista será introduzida, com medidas que afetarão positivamente a organização do tempo livre do trabalhador, como a jornada de oito horas, repouso semanal e férias remuneradas. Uma política de lazer articulada às novas leis trabalhistas será conduzida pelo regime getulista com o objetivo de promover o esvaziamento da função política das associações operárias vista com preocupação pelo regime.

Condizente com a uma política de tutela do trabalhador nacional, uma série de instituições inovadoras distintas do modelo tradicional e paternalista até então vigente serão implantadas dentro de uma estratégia voltada para garantir paz social aos centros urbanos do país. Atentos a estas transformações políticas e sociais estabelecidas naquele período, intelectuais progressistas somarão esforços na bandeira comum de dar rumo ao desenvolvimento social do país, a exemplo dos modelos civilizatórios mais afamados. É quando nomes de peso na cultura nacional emprestarão seus saberes na organização de um audacioso processo de difusão cultural

em São Paulo coerente com as novas perspectivas de construção social que se descortinavam a partir da década de 1930.

Parques infantis, uma bem-sucedida experiência de produção social de espaços urbanos em São Paulo

O discurso da modernidade, até então conduzida sob a forma de audaciosas intervenções urbanas, amplia-se a partir da década de 1930, por pressão das elites ilustradas, para outros campos do conhecimento, pertinentes à educação e à higiene social em face da urgência que a questão da infância e da juventude despertava entre os educadores e reformadores sociais. Suas raízes inspiradoras vinham desde a década anterior no bojo de um discurso pedagógico-moralizador que unirá instituições e personagens públicos em torno do espírito nacional de “sanear pela educação”. O discurso médico/pedagógico exigirá a participação dos novos saberes profissionais em ascensão, como o do higienista “[...] que devia cuidar de disciplinar, instruir, tornando o menor apto para se integrar à sociedade”. O Movimento escolanovista (1933), documento base da reforma pedagógica no Brasil e que teve no educador Fernando de Azevedo seu relator mais influente, refletirá ideais de desenvolvimento humano reafirmando ações educativas com propósitos sociais.

Será nesse contexto e face a relevância do tema ao exigir ações concretas, que uma notável proposta de produção seriada de equipamentos voltados ao lazer da população será oferecida pela prefeitura de São Paulo tornando-se um paradigma que será mais tarde encampado pelo governo federal: os Parques Infantis. Criados no governo municipal de Fábio Prado (1934-1938), através do Ato municipal 861 de 30 de abril de 1935, o programa dos Parques Infantis se tornará um dos principais instrumentos de ação social daquela gestão, contando com a presença entusiasta do escritor Mário Andrade na direção do recém-criado Departamento de Cultura municipal.²²

O projeto de construção de Parques fará, assim, parte de uma ampla política cultural e de um projeto de urbanização idealizado

através de uma composição de interesses da burguesia ilustrada com os intelectuais modernistas alçados circunstancialmente ao poder face a aproximação de ambos os grupos nos propósitos educativos de longo prazo. A proposta será dotar a cidade de São Paulo de uma ampla rede de parques infantis distribuída por toda a malha urbana, próxima aos bairros operários, a exemplo de programas similares existentes na Europa e nos EUA como forma de expandir inovadores programas culturais e propiciar inclusão social das classes operárias. Numa outra perspectiva, o oferecimento dos parques infantis revelará a conjugação de interesses políticos de longo prazo frente a uma denunciada ascendência do governo federal e das “oligarquias dominantes” de São Paulo contra a tentativa de perpetuação de um modelo político-cultural a qual se atribuía a “desordem social” reinante no estado e país, segundo coloca Abdanur:

[...] a presença dos ‘ilustrados’ em SP foi marcante entre os anos de 1925 e 1937. [...] Nesse momento, educação e cultura voltaram a ser os alvos principais de sua atuação. A preocupação do ‘povo’ cedeu lugar, nos anos trinta, a um propósito de fortalecimento do governo de São Paulo através de instituições culturais que auxiliassem diretamente neste processo. SP deveria readquirir sua capacidade de governar, de controlar os conflitos sociais, de neutralizar os inimigos, de criar riquezas, para voltar ao comando do país. [...] Nessa perspectiva, essas instituições se inseriram no contexto da luta dos ‘ilustrados’ durante os primeiros anos da década de trinta pelo ‘reerguimento’ de SP, luta esta que se deu em duas direções: de um lado o combate ao movimento comunista, e de outro, a busca de hegemonia política e cultural em SP para depois se estender ao Brasil. [...] Além da clara intenção de agir pedagogicamente junto ao operário, difundindo valores contrários à ‘rebeldia’ política e social, estes projetos revelaram a crença dos ‘ilustrados’ de que cultura e lazer contribuem efetivamente para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores na cidade e, conseqüentemente, são ‘armas’ eficazes para a ‘paz social’.³³

A organização do Departamento de Cultura e seus programas recebeu valiosas sugestões de intelectuais como Mário de Andrade, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Plínio Barreto, Anhaia Mello, Sergio Milliet, Rubens Borba de Moraes, entre muitos outros que faziam parte do grupo de ideólogos do projeto político-cultural e seu ideário de modernidade e de “sonhos brasileiros” preconizados pelos setores conscientes da população numa época ainda pouco permeável a propostas de vanguarda como essa. Considerada a primeira iniciativa oficial não escolar de atendimento na área de recreação em São Paulo, os parques infantis, principal programa desenvolvido pelo Departamento de Cultura, revelaram o interesse de modernistas e ilustrados em proporcionar cultura e lazer como forma de melhorar as condições de reprodução da classe trabalhadora e, por este aspecto, conseguir a tão sonhada “paz social”.

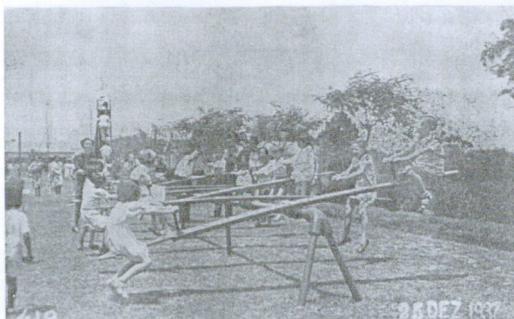
Enquanto artefato arquitetônico, os parques inspiraram-se na tipologia *Reform Park* norte-americana. Os EUA já experimentava notável avanço no desenvolvimento de sistemas recreativos de massa e que se tornou emblemática nos anos que embalaram a política inclusiva do *New Deal*. Espaço funcional de grande notabilidade, a tipologia *reform*, introduzida naquele país a partir de 1900, marcou um momento de inflexão na filosofia de construção de espaços de lazer até então existentes atendendo a forte demanda por recreação nos bairros populares, tornando-se um paradigma de lazer organizado, imitado em muitos lugares do mundo. Apesar da sua filiação àquela tipologia funcional notabilizada pelo urbanismo norte-americano, o modelo paulistano, segundo seus idealizadores, concilia um maior alcance cultural face a um programa pedagógicas mais abrangente ao contrário do congêneres estrangeiro mais afeto a questões pedológicas e assistenciais.²⁴

Incorporando objetivos reformadores codificados e adaptados a realidade programática dos dimensionamentos arquitetônicos, o equipamento paulistano procurou, a sua maneira, romper com a tradição do lazer passivo e contemplativo das áreas livres existentes na cidade, oferecendo *playgrounds* e equipamentos esportivos

como o urbanismo moderno já vinha adotando como proposta de lazer de massa. Pródigos na consolidação de atitudes ativas será nos anos 1920 que a funcionalidade dos espaços livres sofrerá profundas alterações funcionais revelando a postura moderna dos urbanistas conforme descreve Anhaia Mello ao definir o novo conceito de urbanidade:

O conceito de parque evoluiu. Não é mais o conceito puramente estético da primeira fase da renascença do urbanismo: um tapete de relva, arbustos em desenhos simétricos, tufos de árvores, o lago romântico para cisnes e para o enlevo de poetas. Cedo compreenderam os urbanistas que tais espaços abertos bem podiam acumular as funções de reservatórios e filtros de ar ou de pulmões das cidades, com outras mais úteis, mais necessárias e que melhor correspondessem às exigências da cidade industrial moderna. Eles agora destinam-se ao recreio ativo de todas as classes da população e de todas as idades, desde a criança da idade pré-escolar até o adulto. (MELLO/IESP, 1929).

O modelo funcional adotado aos Parques Infantis acomodará a clássica pedagogia *frobeliana* dos *Kindergaerten*, espécie de embrião dos jardins de infância, introduzido pioneiramente na Alemanha na metade do século XIX, com a moderna pedagogia profissionalizante proposta pelo filósofo e pedagogo norte-americano Jonh Dewey (1859-1952), aqui divulgada por Anísio Teixeira, com alguma assimilação da obra do psicólogo russo Vigotsky, baseada no desenvolvimento infantil através de equipamentos lúdicos, de grande impacto social na Rússia pós-revolução.²⁵



Imagens do Parque Infantil de Santo Amaro: série pioneira (década de 1930)

Fonte: Miranda (1938).



O governo Fáblio Prado (1934-1938) inaugura os primeiros parques infantis de uma série de 131 construídos ao longo de quatro décadas, quantidade esta, muito abaixo das expectativas iniciais de seus promotores face a inconstância política e orçamentária que perseguirá a manutenção do programa. Seus variados equipamentos lúdicos – *playground*, palcos musicais, oficinas de artesanato, quadras esportivas, piscinas – espalhados em generosas áreas livres colocarão à disposição da população uma estrutura física até então inexistente na cidade, pensada dentro da perspectiva de modernização de seus equipamentos urbanos. É interessante destacar, neste aspecto, o pouco estímulo aos *playgrounds* abertos (não circunscritos ao lote como em praças e parques, por exemplo) até a década de 1930 por parte de reformadores ansiosos por formas mais efetivas de controle social, o que explica, de certa forma, a aceitação do programa pelos setores mais conservadores da sociedade.

Seus variados equipamentos recreativos e culturais (*playground*, palcos musicais, oficinas de artesanato, variadas quadras esportivas,

piscina) espalhados em generosas áreas livres nunca inferiores a 1,5ha em meio a muita vegetação e ar puro, paradigmas do urbanismo progressista que se consolidava no início do século XX, contribuirão efetivamente para a concretização da política de educação “higiênica” requerida pelos reformadores sociais. Implantados em sítios urbanos situados nas proximidades de bairros operários, os Parques Infantis tinham uma notável vocação para parque de vizinhança, a semelhança dos seus congêneres estrangeiros em razão da qualidade e quantidade de equipamentos de recreação disponibilizados: “[...] balanços, gangorras, passo gigantes, carrocéis, deslizadores, toros de equilíbrio e outros estão distribuídos pelo campo, além de um tanque de vadiar e tableiros de areia”.²⁶

Um espaço lúdico de qualidade que inauguraria uma nova era de promoção do lazer em São Paulo, em que pese as transformações de caráter e as inúmeras adaptações sofridas ao longo do tempo contribuindo para desfigurar o alcance maior da proposta cultural que o norteava.

A gestão Mário de Andrade junto ao Departamento de Cultura (1935-1938) entregará as primeiras unidades de uma proposta inicial de sessenta parques previstos para funcionarem ainda na década de 1930, plano inviabilizado pelo golpe que implantará o Estado Novo (1937), quando novas prioridades políticas e administrativas passam a valer na administração municipal estadonovista de Prestes Maia (1937-1945).

Contradizendo a visão política local, o Governo Federal encampará a proposta dos Parques Infantis dentro dos propósitos da política implementada pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) subordinado ao Ministério da Educação e Saúde conduzido pelo esclarecido Gustavo Capanema. O DNCr colocará em prática a divulgação de uma teia de saberes já consolidada por médicos puericultores, fisiologistas e educadores sanitários, voltada à promoção da recreação “dirigida” com finalidades assistenciais subordinada a uma política voltada aos desígnios industrializantes do país.

A proposta dos Parques Infantis será, por este aspecto, bem aceita pelos técnicos do MES-DNCr, ganhando notabilidade nacio-

nal em publicações oficiais nos anos 1940, na qual se valorizavam aspectos galtonianos proporcionados pela educação física, porém distantes dos propósitos maiores de difusão cultural pretendida pelos modernistas. Dentre essas publicações, destacamos a Revista de Educação Física, espécie de porta-voz da política eugênica proposta pelos ideólogos do regime estadonovista, editada bimestralmente pela Escola de Educação Física do Exército desde 1932, em que o modelo de disciplina militar servirá bem aos propósitos do regime sendo colocada em prática nas escolas e instalações de recreio “dirigido”. Posteriormente, com a Portaria n. 68 de 6 de dezembro de 1943, o Governo Federal, dentro dos propósitos maiores de tutela do trabalhador nacional, lançará o Serviço de Recreação Operária, visando “enquadrar” a juventude nos mesmos princípios de ordem e disciplina.

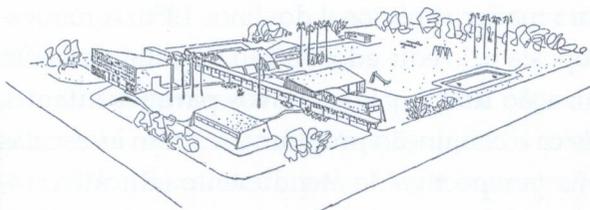
Após um período de pouca expressividade na construção de parques infantis em São Paulo, durante o Estado Novo, um novo alento surge ante a assinatura do Convênio Escolar em 1950, produtiva parceria entre estado e município para construção de aparelhos escolares e peri-escolares na cidade. Sob o ponto de vista arquitetônico, renovar-se-ão programas e conceitos em que os parques ultrapassarão as experiências ecléticas das décadas de 1930-40 com sua volumetria austera e pesada, despontando para uma fase mais madura, seguindo a concepção leve e transparente proposta pela nascente arquitetura moderna nacional dos anos 1950. A renovada pedagogia então proposta pelo educador Anísio Teixeira, elemento de destaque na organização funcional dos novos parques infantis, previa proximidade física e conjugação programática com as escolas públicas dentro de uma perspectiva de atendimento educativo integral ao jovem vindo a representar a síntese de um projeto cultural que infelizmente não teve prosseguimento face ao obscurantismo político dos anos 1960.



*Parque Infantil Vila Romana
(1940)*

*Fonte: Departamento de
Cultura da PMSP (1949).*

As novas unidades construídas após 1950 ainda conseguirão manter os generosos espaços livres previstos na concepção inicial e que tanta admiração causava a olhos sensíveis, sendo integrado ao espírito da chamada “escola-parque”, de turno integral, proposta por Anísio Teixeira. Porém, não por muito tempo quando novos percalços declinarão a trajetória do programa, sob a égide do populismo, impondo mutações funcionais dessa vez irreversíveis a ponto de quase o descaracterizar. Dentre essas salienta-se a contínua introdução de unidades mínimas – os “Recantos Infantis” – em terrenos exíguos e de pouco aproveitamento arquitetônico beneficiando aspectos quantitativos ao invés de qualitativos, resolvendo precariamente as demandas exigidas.



*Parque infantil da Vila
Pompéia (1950) –
Perspectiva do projeto*

*Fonte: Habitat, n. 4,
São Paulo, 1951.*

O equipamento sobreviveu até os anos 1970, quando será finalmente capitulado diante de um regime político-institucional que se pautará por novos modelos pedagógicos, supostamente estratégicos, num contexto de forte controle social.

Conclusão

Os grandes doutrinadores sociais do século XIX previram o surgimento do lazer relacionando seu oferecimento com o nível de qualidade de reprodução da força de trabalho. Proudhon, Marx, Engels, estiveram entre aqueles que, ainda no século XIX, alimentaram a revolucionária e pouco compreendida idéia de que o bem mais precioso para o homem era a melhoria das suas condições de vida e não o aumento da produtividade. Porém, desde que as cidades, tal qual a conhecemos, foram tomadas pelo desenvolvimento capitalista, criou-se o paradigma que deveriam se condicionar a qualquer preço às exigências do trabalho e da acumulação.

Aos poucos, porém, o mito lúdico acabará por superar o mito trabalho, integrando a função lazer ao rol das demandas humanas carregando ideais de reforma social. Sendo uma atividade terceira, ante a compulsão de outras demandas não menos importantes num mundo talhado pela valorização do trabalho e seus espaços “produtivos”, o lazer demandou tempo até ser visto como autodeterminação do homem. Contraditoriamente, será motivado por razões capitalistas que o tempo livre e seu produto, o lazer, se consolida na sociedade do trabalho ganhando destaque no processo histórico de urbanização de nossas cidades industriais, em especial a paradigmática São Paulo aqui revisitada.

Num momento em que o espaço urbano passa a exigir novas perspectivas de gestão guiadas pela ótica da cidadania e da inclusão social, é sempre bom lembrar que a cidade de São Paulo teve por quatro décadas um programa de construção de equipamentos públicos de lazer oferecido com o objetivo de alimentar a “cultura do espírito”, como disse certa vez nosso modernista maior, Mário de Andrade, privilegiando interesses lúdicos e culturais fortemente, assentados em uma planta arquitetônica de poucas salas (nenhuma de aula), muitas árvores, areia e brinquedos. A qualidade daquela proposta de produção seriada de equipamentos lúdicos oferecida na perspectiva de modernização da sociedade e de seus equipamentos urbanos, e que venceu resistências e incompreensões,

permanecem mais do que nunca atuais, parecendo até desafiar as políticas de lazer do nosso tempo.

Notas

* Arquiteto e Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU-USP. Professor substituto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade federal de Uberlândia (MG). E-mail: carlosniemeyer@hotmail.com

¹ Na análise dos impactos do progresso técnico e científico sobre as economias mundiais e seus efeitos sociais e urbanos, nos apropriamos das leituras de Hobsbawn (1977), Barraclough (1964) e Dobb (1976).

² Na análise da industrialização paulistana, a decorrente formação de uma força de trabalho urbana e suas instáveis relações de produção, nos apropriamos das leituras de Blay (1985), Deca (1991), Singer (1973) e Dean (1971).

³ A título de ilustração, a população paulistana entre 1890 e 1900 passa de 64.934 para 239.820 habitantes, vindo a dobrar nas duas décadas seguintes (579.033). Nos 14 anos seguintes dobra mais uma vez. O número de estabelecimentos industriais que contava 326 unidades e 22 mil operários em 1907 chegará em 1920 a mais de 4 mil indústrias e 84 mil operários. Cf. Blay (1985, p. 57-8).

⁴ Cf. Blay. (Op. cit. p. 60).

⁵ Os anos 1920 experimentarão esse discurso racial afinado com os desígnios de modernidade: o progresso industrial, a ciência e a cidade, propondo estreita relação entre educação moral, higiene, escolaridade e hereditariedade. Cf. Marques (1994).

⁶ Chamamos República Velha ao período iniciado com a Proclamação da República em 1889 e extinto em 1930 com a ascensão de Vargas. Sua última fase (1894-1930) ficou conhecida como República Oligárquica (período dominado politicamente pelas oligarquias rurais paulista e mineira). Em São Paulo a "burguesia cafeeira" era a classe política hegemônica e dominante. Cf. Fausto (1975).

⁷ Os "aforamentos" eram doações de terras urbanas sem ônus à iniciativa privada. Cf. Blay (Op. cit. p. 6).

⁸ A definição aqui colocada – espaços "produtivos" e "não-produtivos" – se apropria de conceitos da sociologia do lazer a partir da qualificação de uso desses espaços sob um ponto de vista social. Cf. Garcia apud Miranda (1996).

⁹ Cf. Machado (1959, p. 17). Uma abordagem histórica dessa temática pode ser conferida em Azevedo (1960).

¹⁰ Segundo Sevckenko (1992, p. 24-43), o ano de 1919 em São Paulo revela o início de um "cosmopolitismo irradiante" saudado abertamente pela imprensa ao acusar o surgimento de uma nova identidade e estilo de vida ao paulistano. Contudo, a discriminação aos imigrantes e a forte repressão policial nos espaços controlados da cidade logo ofuscaria esta perspectiva ufanista.

¹¹ Sevckenko (Op. cit. p. 133).

¹² Azevedo (1960). Sobre essa temática ler também os artigos escritos na Revista do Arquivo Municipal por Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Recreios do Departamento de Cultura municipal ao longo da década de 1930 (vide referências).

¹³ A problematização do tempo livre e do lazer é estudada exemplarmente em Sant'Anna (1994).

¹⁴ O processo de urbanização de São Paulo e seus aspectos socioeconômicos é estudado em Wilhein (1965), Marx (1980), Bruno (1984), Reis Filho (1963, 1969) e Sevckenko (1992), no qual nos apropriamos.

¹⁵ Cf. Hardman (1983, p. 45).

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. Foucault (1986).

¹⁸ Apud Santos (1981, p. 22).

¹⁹ Relatório Bouvard (15/05/1911). In: KLIASS, 1993, p. 106. O projeto do Parque D. Pedro II – nome que receberá em sua inauguração em 1922 por ocasião das comemorações do centenário da Independência adotará o estilo *payser*, consagrado nos modelos europeus e norte-americanos da segunda metade do século XIX, através de um desenho de linhas orgânicas onde se abrigará variados setores lúdicos numa clara proposta de lazer de massa.

²⁰ Idem.

²¹ Cf. Sevcenko (1992, p. 54-6).

²² Cf. Faria (1999). A esse respeito, os objetivos e o alcance da proposta lúdico-pedagógica dos parques infantis, podem ser conferidos em matérias publicadas ao longo das décadas de 1930-40 na Revista do Arquivo Municipal (vide referências) editadas pelo Departamento de Cultura Municipal. Uma importante contribuição virá do urbanista e prefeito de São Paulo, Anhaia Mello, responsável pela codificação de uma nova sensibilidade urbanística que apontará para a modernização funcional dos espaços livres. Afeto a experiências urbanas de vanguarda, Anhaia Mello, que também teve participação na organização do Departamento de Cultura, foi o primeiro prefeito de São Paulo a propor estudos para implantação de um “sistema geral de recreios” que correspondesse às necessidades de recreação de massa. Seu pensamento foi claramente exposto em vários ensaios acadêmicos publicados nos “Boletins do Instituto de Engenharia de São Paulo”, no final da década de 1920, quando pregará a adoção em São Paulo de soluções urbanísticas utilizadas pelo urbanismo norte-americano como as *parkways*, *zoning* e os *playgrounds*. Estes últimos, segundo o prefeito, serão considerados fundamentais como forma de humanizar uma metrópole em crescimento. Em sua curta gestão à frente do executivo municipal (1930-1931), Anhaia Mello propiciará a construção do primeiro Parque Infantil, situado no bairro do Ipiranga, baseado em estudos de implantação desenvolvidos por Fernando de Azevedo por solicitação de Comissão da Câmara Municipal constituída para este fim. Em seguida, repetirá a mesma iniciativa no Parque D. Pedro II e no bairro da Lapa, populosas zonas operárias, iniciando novas unidades inauguradas somente no início da gestão Fábio Prado.

²³ Abdanur, Elizabeth França. Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo (1992, p. 157-9).

²⁴ A tipologia arquitetônica dos *Refom Park* veio suprir as demandas por lazer ativo nos bairros operários das cidades industriais norte-americanas como alternativa funcional e econômica aos tradicionais parques urbanos. Se notabilizou pela introdução de equipamentos recreativos destinados ao lazer de massas. A evolução da arquitetura do lazer pode ser conferida em Niemeyer (2002).

²⁵ Abdanur (1992).

²⁶ Abdanur (Op. cit. p. 157-159).

Referências

ABDANUR, Elizabeth França. **Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992. Dissertação (Mestrado).

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Física**. São Paulo: Perspectiva, 1960.

_____. **Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel/Edusp, 1971.

DECA, Maria Auxiliadora G. **Indústria, trabalho e cotidiano**. São Paulo: Atual, 1991.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociologia empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FARIA, Ana Lúcia. **Educação Pré-Escolar e Cultura**. Campinas: UNICAMP/CORTEZ, 1999.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERREIRA, Acácio. **Lazer operário**. Salvador: Progresso, 1959.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Perspectiva, 1986.

HARDMAN, Francisco F. **Nem pátria nem patrão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques Urbanos de São Paulo**, São Paulo: Pini, 1993.

MARQUES, Vera Regina B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Unicamp, 1994.

MACHADO, Petrônio. **Introdução ao estudo da higiene social.** Belo Horizonte: 1959.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira,** São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1980.

MELLO, Anhaia. **Problemas de Urbanismo.** Boletins do Instituto de Engenharia. São Paulo: 1929.

MIRANDA, Danilo S. (Org.). **O Parque e a Arquitetura.** Campinas: Papyrus, 1996.

MIRANDA, Nicanor. **O significado de um Parque Infantil em Santo Amaro.** São Paulo: Depto. de Cultura, 1938.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo: educação e transformação.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo, Departamento de Cultura. Ato n. 590/34, ago. 1934.

_____. São Paulo, Departamento de Cultura. Plano Inicial da Seção dos Parques Infantis, v. 21, mar. 1936.

_____. São Paulo, Departamento de Cultura. Parques Infantis como centros de educação extra-escolar, v. 89, mar. 1943.

_____. São Paulo, Departamento de Cultura. Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade (p/ Paulo Duarte), n. 106, 1946.

REIS FILHO, Nestor G. **Metropolização em São Paulo.** São Paulo: FAU-USP, 1963.

- _____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____. **São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. **São Paulo, 1934-1938: os anos da administração Fábio Prado**. São Paulo: FAU-USP, 1999.
- SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. **O Prazer Justificado**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SANTOS, Joel Rufino. **História política do futebol**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- WILHEIN, Jorge. **São Paulo: metrópole 65**. São Paulo: Difel, 1965.

Abstract

This article focuses aspects from São Paulo urbanization process in the first decades of twentieth century in the point of view of leisure. In another perspective, draw a historical image the ambiguities and resistences for social urban space construction in the course of national industrialism. Focuses on the recreational contribution on the city program playgrounds to São Paulo urbanization process, introduced by Mário de Andrade's innovator administration at city government of culture between 1935-1938. Its approaches pedagogical character to the leisure program and the models inspired of the extinct architectural typology associated created as part of broad policy for social inclusion of the work class.

Keywords: work and leisure, urbanization and leisure, history of the city, São Paulo.